

2.

Política Lingüística: Fundamentação teórica

2.1

Introdução

Demonstrar a abordagem do ensino de línguas estrangeiras por um viés teórico vinculado à sociolingüística, considerando que esta disciplina é definida *a priori* por colocar em evidência a relação entre língua e sociedade constituiu uma de nossas preocupações iniciais no desenvolvimento deste trabalho. Em relação às línguas estrangeiras (LE), estudos relevantes sobre ensino e aprendizagem de LE têm sido desenvolvidos no Brasil nas áreas da Análise do Discurso e da Lingüística Aplicada (Celani, 1997; Moita Lopes, 1996). Ainda que de caráter transdisciplinar e cotejando aspectos sócio-políticos do ensino de línguas, por questões epistemológicas, estes estudos privilegiam aspectos mais relacionados ao contexto de sala de aula, às propostas de ensino de línguas, aos discursos entre professores e aprendizes.

Procuramos, portanto, fazer neste estudo uma abordagem do tema com ênfase nos aspectos sociais que fundamentam as políticas para o ensino de LE situando-os ainda no contexto de globalização econômica. Esta abordagem insere-se no conceito de politologia lingüística, criado por Calvet (2002a). O objeto de estudo da politologia lingüística é constituído pelas intervenções em situações lingüísticas. Seu objetivo, segundo Calvet (2002:24) é o de caracterizar as políticas lingüísticas, avaliar não apenas os seus resultados mas principalmente seus pressupostos, sua base ideológica, de mostrar finalmente que política encontra-se por trás de uma política lingüística.

As cidades consideradas neste estudo são predominantemente monolíngües, com “ilhas sociais” plurilíngües, ainda que estejam inseridas em um quadro de mundialização econômica. As situações de bilingüismo mencionadas neste estudo dizem respeito ao bilingüismo adquirido através de uma educação formal, regido por legislação em matéria de política educacional. Entender a dinâmica educacional que determina o acesso a uma formação bi-plurilingüe para, posteriormente aventar alternativas para uma formação lingüística de maior amplitude educacional nos pareceu possível, dentro de um quadro teórico que envolvesse os conceitos de política lingüística, associados a conceitos de áreas afins, como a história e a geografia.

Assim, consideramos primeiramente, no âmbito da sociolingüística, os trabalhos sobre planejamento e política lingüística, (Calvet, 1996, 2002a, b, c; Cooper (1997); Maurais (1987); Martel, 2002). Nos trabalhos de Calvet (1996, 2002) encontramos os fundamentos teóricos para as definições dos termos política e planejamento lingüístico, bem como exemplificações do modo pelo qual como ambas são conduzidas em diferentes contextos lingüísticos. O conceito de línguas como um bem simbólico, como proposto por Bourdieu (1998), é desenvolvido por Calvet (2002a) à medida que este analisa o fenômeno da globalização e sua repercussão nas questões lingüísticas partindo de uma associação entre língua e mercado.

Buscamos ainda na sociolingüística urbana (Bulot, 2002; Castellotti e De Robillard, 2001; Calvet, 2005), parte do suporte teórico para correlacionar o acesso ao ensino de línguas estrangeiras à inserção ou à exclusão social. Os conceitos sobre inclusão social e desigualdade social basearam-se em estudos desenvolvidos por Henriques (2000). Estes estudos mostram que o Brasil continua a ser um dos países mais desiguais do mundo, e que essa desigualdade parece ter efeitos negativos sobre o desempenho agregado da

economia. A educação é apontada como sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira.

Ferreira (2000), ao analisar a geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil, destaca que o foco de nossas atenções deve estar voltado para o processo de formação e distribuição das oportunidades educacionais no país. O autor baseia-se nos estudos do mercado de trabalho durante as últimas duas décadas, que consistentemente apontaram a desigualdade educacional e o alto retorno a níveis elevados de escolaridade como principais causas de nossa dispersão de renda.

Ferreira (2000) apresenta três tipos de desigualdades que se reforçam mutuamente: uma grande desigualdade educacional gera um alto nível de desigualdade de renda, como se observa no Brasil. Essa desigualdade de renda ou riqueza, por sua vez, pode implicar uma distribuição desigual de poder político, na medida em que a riqueza gera influência sobre o sistema político. E a desigualdade de poder político reproduz a desigualdade educacional, já que os detentores do poder não utilizam o sistema público de educação, e não têm interesse na sua qualidade, dependendo apenas de escolas particulares.

Esta abordagem foi complementada com estudos sobre a francofonia desenvolvidos por Wolton (2006 a,b), Deniau (1983), Calvet (2002a, 2002b). Wolton assinala que a francofonia, através ilustra a necessidade de se tentar fazer coincidir as dimensões lingüísticas, culturais e políticas.

O aspecto dos direitos lingüísticos abordados por Martel (2002) justifica-se em razão do tema inclusão social. A autora mostra a relação entre política lingüística e valores sociais na evolução das idéias e dos direitos lingüísticos e propõe que os procedimentos políticos sejam guiados por motivos humanitários e de identidade. Esta autora demonstra que a ação da

política lingüística não é nova, mas com o desenvolvimento sociolingüística, esta ação adquire um novo sentido. Ela ressalta ainda a responsabilidade dos sociolingüistas cujo papel é o analisar o quadro ideológico das políticas lingüísticas. Martel ressalta a importância de se fazer política lingüística por intermédio do Estado, mas lembra que toda prática lingüística deve sustentar-se em bases justas e objetivas de divisão, de solidariedade e de valorização do contexto histórico no qual ela será aplicada.

2.2

Política lingüística: conceitos

A palavra *política*, segundo Bobbio (2000: 954), deriva do adjetivo originado de polis (*politikós*) que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social. Coube a Aristóteles estabelecer uma expansão do termo dando ao mesmo o sentido de arte ou ciência do Governo. Na época moderna, de “ciência do Estado”, o termo foi sendo substituído por “doutrina do Estado”, “ciência política”, etc. até ser empregado em relação às atividades ou conjunto de atividades relacionadas a polis, ou seja, ao Estado. O conceito de política como práxis humana está intimamente relacionado com a noção de poder configurando-se freqüentemente em uma relação de busca de uma vantagem entre diferentes partes.

Bobbio (op cit.) propõe uma classificação do poder político a partir das várias formas de poder. Assim, o autor propõe três grandes classes no âmbito de um vasto conceito de poder: (a) o poder econômico, (b) o poder ideológico e (c) o poder político. O primeiro faz valer sua ação através da posse dos meios de produção; o segundo se baseia na influência que as idéias de grupos que desfrutam de certo status social; o poder político baseia-se no uso da força física. Estas três formas mantêm uma estreita

relação e são utilizados por grupos de pessoas para perpetuarem os seus privilégios, interesses e vantagens, exigindo e garantindo a desigualdade nas posses de bens pelo poder econômico, perpetuando assim a diferença entre sábios e ignorantes pelo poder ideológico, e mantendo a separação entre os poderosos e os subjugados pelo poder político.

Tais definições de política podem ser aplicadas às línguas e às situações lingüísticas, uma vez que dentre em suas funções destaca-se aquela do exercício de um poder. A história do contato lingüístico é rica em exemplos do poder presente nas línguas, poder este que confere maior ou menos grau de status em uma relação de línguas em presença. Em tais situações, o status de cada língua pode variar de acordo com as relações de força existentes entre os grupos que as utilizam, bem como em função da percepção que os indivíduos têm destas relações.

Mackey (1976), aponta que a importância de uma língua está diretamente relacionada com a função que ela exerce na comunicação com aqueles que são importantes nos diversos domínios relacionados (comércio, religião, educação, ciências, cultura, esporte, lazer). Porém, ela também possui em si mesma uma importância que provém dos povos que a utilizam, do número de pessoas, de suas riquezas, de sua mobilidade, de sua produção cultural e econômica, fatores cuja soma constitui o que nomeamos de poder inato de cada língua.

Para Mackey, as línguas exercem um poder de força umas sobre as outras e as diferenças de poder se manifestam quando as línguas estão em contato. Elas se manifestam como uma forma de atração ou de repulsão que uma língua, ou melhor, aqueles que a utilizam, terão um pelo outro. Os elementos que conformam o status de uma língua não seriam apenas de ordem jurídica, mas podem ser colocados em termos de força e atração lingüística. A atração ou repulsão entre as línguas seria em função de três

distâncias: a distância do poder, a distância geográfica e a distância interlingüística.

A distância do poder reporta-se diretamente aos motivos que um indivíduo possui para aprender e para utilizar uma determinada língua. A distância geográfica estabelece que a atração que pode exercer efetivamente uma língua sobre um povo falante de uma outra língua ou dialeto dependerá das possibilidades e das probabilidades de contato. A distância interlingüística diz respeito às diferenças internas entre as línguas. A similaridade entre duas línguas constitui em si uma força de atração (é o caso entre o português e o espanhol). Da mesma forma que a distância geográfica, a distância interlingüística pode diminuir a força de atração de uma língua para outra.

Podemos ilustrar ainda a proximidade entre língua e poder através de Barthes (1977) que em sua aula inaugural no Collège de France chamou a atenção para o caráter classificatório da língua, classificando-a como um “lugar de poder” que oferece sua estrutura a serviço de um poder, não importa qual. No cenário que consideramos neste estudo (urbano, que mantém uma relação direta com a globalização) o acesso ao aprendizado de uma língua estrangeira revela os lugares de poder que se perpetuaram ao longo da história e que se encontram ainda sob as políticas lingüísticas para o ensino de LE.

A relação entre língua e poder, as relações de forças aí presentes, permeia uma boa parte dos trabalhos de Calvet (2002c, p.109):

Dans tous les cas, la langue dominante est associée aux formes les plus «modernes» d'économie (c'est-à-dire, du même coup, aux formes les plus efficaces d'exploitation capitaliste de l'homme par l'homme) et la langue dominée aux formes

«archaïques» de production (c'est-à-dire, en même temps, aux formes de vie sociales les plus proches de la tradition locale).

É ainda Calvet (1999) que nos mostra como a sociolingüística, através do desenvolvimento do conceito de política lingüística, apreende uma das facetas do caráter eminentemente político das relações entre língua e sociedade. Calvet (1999: 32-33) aponta que, como área de estudo lingüístico, a política lingüística aparece na mesma pia batismal da sociolingüística, em 1964, durante uma reunião na Universidade da Califórnia (UCLA) da qual figuram os nomes de Ferguson, Fisher, Labov, Haugen, Gumperz, Hymes, Bright, Rona, entre outros. Nesta reunião, uma das temáticas concentrou-se na área dos estudos plurilingüismo e política lingüística.

Embora tenha se constituído como área temática neste encontro, o termo *language planning* foi lançado por Haugen, em 1959, em um artigo sobre a situação lingüística da Noruega no qual o autor desenvolve um estudo sobre a intervenção de determinadas regras ortográficas do norueguês e a construção de uma identidade nacional na Noruega. Einar Haugen generalizou a oposição conceitual entre *Planificação do Corpus*, isto é, da forma da língua, e *Planificação do Status*, isto é, do lugar que esta língua ocupa numa rede de relações societárias. Planificar o *Status* de uma língua implica em estabelecer medidas para que esta língua tenha um lugar determinado numa dada sociedade, em conformidade com as aspirações da comunidade falante.

Ferguson (1959) também aborda a questão ao apresentar os conceitos de diglossia e bilingüismo onde coexistem duas variedades (uma alta e outra baixa) de uma mesma língua e que são utilizadas em situações determinadas de comunicação. Ele introduz em sua obra a terminologia de língua dominante, língua dominada, substituição e normalização. O uso do termo política lingüística é e portanto relativamente recente.

Uma contribuição importante para o desenvolvimento dos estudos na área foi introduzida por Kloss (1967) através dos conceitos de *Abstandsprache* (línguas consideradas próximas de outras, da mesma família lingüística). Estes conceitos são utilizados em estudos atuais como em Born (2003) para a discussão de minorias lingüísticas na Península Ibérica.

Mas foi a contribuição de Kloss que deu origem a distinção que é utilizada pela maioria dos autores atuais ao tratarem de política lingüística nos estudos atuais. Este autor propôs a distinção entre *Sprachplanung* (planificação do *corpus*) e *Statusplanung* (planificação do *status*). Com base nestes conceitos, a planificação do *corpus* diz respeito às intervenções na forma da língua (criação de uma escrita, neologismos, standardização...), enquanto que a planificação do *status* diz respeito às intervenções nas funções da língua, seu *status* social e suas relações com outras línguas. Esta distinção abriu consideravelmente o campo da política lingüística, afastando-se de abordagens mais instrumentais.

Calvet (1999,p.154) observa que tais dados temporais para a história da conceituação do termo, com datas e nomes, têm uma função “etimológica” em relação ao conceito de política lingüística uma vez, que como prática, ela é tão antiga quanto à gestão do plurilingüismo e o mito de Babel.

Diante da grande diversidade de situações plurilíngües, o próprio conceito de política lingüística também não escapa das relações de forças presentes nestas situações. Para se ter uma idéia da situação, Maurais (1987, p. 12) observa que o termo *language planning* utilizado por Haugen (1961) foi traduzido em francês para *planification linguistique* (planificação lingüística), *aménagement linguistique* (reforma lingüística) e *normalisation*

linguistique (normalização lingüística). O termo *planification* tem para Maurais uma conotação de intervenção do estado, de dirigismo, e o termo *aménagement linguistique* estaria baseado em um consenso social em relação a um projeto lingüístico coletivo, enquanto que o termo *normalisation* supõe a existência de uma situação onde há algo de errado que precisa ser normalizado. Coerente com seu próprio contexto político-lingüístico –Quebec - Maurais (1987, p.13) propõe o uso do termo *aménagement linguistique* para designar a intervenção humana consciente sobre as línguas. Já os catalães preferem o termo *normalização* no sentido de tornar normal o uso do catalão em conflito com o uso do espanhol.

Diante do peso político das situações lingüísticas, Calvet (2002a, p.22) acrescenta o conceito de politologia lingüística para dar conta da análise destas situações:

La politique est définie par les dictionnaires en usage comme l'art et la pratique du gouvernement des sociétés humaines", tandis que la politologie est "la science politique". Ces deux termes sont clairs et se distinguent aisément, ils sont en outre utiles en ce qu'ils permettent de faire le départ entre un ensemble de pratiques (les politiques) et l'analyse de ces pratiques (la politologie, ou science politique). Nous nous proposons d'utiliser cette distinction entre politique et politologie à propos du syntagme politique linguistique, ce qui implique donc l'existence d'une politologie linguistique qui elle-même implique que nous définissions son objet d'étude et ses instruments. L'objet d'étude de la politologie linguistique est donc constitué par les interventions sur les situations linguistiques.

Em relação ao termo política lingüística, este autor o apresenta como parte de um binômio com a planificação lingüística, no qual a primeira corresponde às grandes escolhas na relação entre língua (s) e sociedade, e a segunda corresponde à implementação prática dessas escolhas, as políticas lingüísticas são as intervenções na língua ou nas relações entre as

línguas. Tais intervenções podem partir diretamente do Estado, mas também podem partir de ações de indivíduos ou grupos. O emprego do binômio política/planificação generaliza as nuances entre os termos apresentadas acima em relação ao Quebec e à Catalunha.

Os trabalhos de Baylon (1991) e Boyer (2001), procuram definir a área de atuação da política lingüística. Boyer situa os estudos em política lingüística e plurilingüismo no domínio da sociolingüística aplicada e gestão de línguas. Embora tal sistematização possua uma função didática, os domínios não são de forma alguma estanques, podemos situá-los em uma zona de interação, na qual uma abordagem em política lingüística, por exemplo, também pode fazer parte do domínio relacionado à análise sobre imigração e contato lingüístico ou ao domínio dos conflitos diglóticos, e ainda, como tem feito recentemente os estudos em sociolingüística urbana, em interação com outras áreas de conhecimento como a geografia social.

Para Baylon (1991:184) a planificação lingüística é um esforço explícito e sistemático, que deve contar com apoio institucional para chegar a uma realização concreta. Neste sentido, a planificação pode ter um caráter normativo, ou ainda, agir sobre o funcionamento sócio-cultural de uma determinada língua em relação à(s) outra(s) em uma mesma comunidade, bem como agir considerando a forma e o status da(s) língua(s). Baylon (p.180) atenta para o fato de que o processo de planificação possui três fases das quais um lingüista deve participar: (a) identificação do problema, (b) concepção do plano ou da política e (c) a avaliação da eficácia do plano implementado. O trabalho de Baylon destaca primordialmente o caráter institucional de uma intervenção lingüística.

Neste sentido, o trabalho de Cooper (1997) sobre a conceituação de política lingüística nos parece bastante propositivo. O autor apresenta quatro exemplos de intervenção lingüística nos quais as relações de força estão

evidentes e conclui com uma conceituação de *política lingüística*: a fundação da Academia Francesa em 1634 como um exemplo de intervenção sobre a forma da língua; a promoção do hebreu na Palestina, no âmbito de um projeto político idealista de promover a unificação de um povo marcado pela diáspora, bem como pelo projeto de se criar uma nação; a campanha do movimento feminista americano contra o uso sexista do idioma, caracterizado pelo emprego de generalizações lingüísticas a partir do universo masculino e, finalmente, um quarto exemplo, aquele da campanha de alfabetização em massa na Etiópia promovido pelo governo (Conselho Administrativo Militar Provisório) que sucedeu a queda do imperador etíope Haile Sillase, campanha na qual se privilegiou não só o amárico (língua oficial do antigo governo) como também outros; idiomas falados no interior do país.

Após apresentar estes exemplos Cooper (1997, p.215) conclui que uma política lingüística pode ter diversos meios e fins, chamando a atenção para a complexidade do tema, sujeito à atuação de diferentes fatores (políticos, ideológicos, econômicos. Para Cooper, a língua é uma instituição fundamental da sociedade sobre a qual se pautam outras instituições, logo, planejar a língua significa também planejar a sociedade. O planejamento do ensino de línguas estrangeiras podem encontrar aí uma forte razão para existir.

2.3

Intervenções *in vitro* e *in vivo*: uma relação de forças

As diferentes formas de intervenções sobre as situações lingüísticas foram classificadas por Calvet (2002a, p.17) como sendo de iniciativa *in vivo* ou *in vitro*. As intervenções *in vivo* surgem das escolhas dos indivíduos, sem que haja uma influência direta do Estado, nesta a solução de um problema é apresentada através de uma prática social. Este tipo de intervenção

influencia formas das línguas e parte de suas funções, servem ainda para reforçar a identidade de um grupo e constituem uma forma de fazer a evolução das situações. Quanto às intervenções *in vitro* são aquelas que se fazem por leis e decretos, como uma ação do poder sobre a evolução de uma dada situação e que são consideradas oficialmente como a política lingüística. Para isso, este tipo de intervenção lança mão de alguns meios tais como a padronização da língua, criação de novas palavras, determinar a função das línguas.

Observamos no caso do acesso e ensino de línguas no Brasil, as intervenções *in vivo* e *in vitro* de que fala Calvet mantém uma relação de causa e conseqüência. A propagação de cursos línguas, sobretudo de língua inglesa, em todo o país, a opção pelo ensino bilíngüe por parte daqueles que podem arcar com tais custos, seriam uma forma de como os indivíduos resolvem uma carência de educação lingüística não solucionada pelo ensino escolar que é regido por medidas *in vitro*. Os cursos de idiomas constituem um verdadeiro mercado lingüístico; é possível encontrar ofertas de cursos de inglês nos lugares mais recônditos do país. Uma vez que os cursos de idiomas são classificados como livres pois seus certificados não são reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) não há um órgão que regulamente a abertura dos mesmos, permitindo que a cada dia novos cursos e metodologias apareçam.

Veremos que mesmo nas situações regidas por medidas *in vitro*, surgirão as medidas *in vivo* para adaptar as necessidades ou os objetivos de um grupo de indivíduos, é o caso da adaptação dos modelos escolares (brasileiro e estrangeiro) das escolas bilíngües.

2.4

Intervenções Lingüísticas no Brasil: entre o *in vivo* e o *in vitro*

Segundo Chardenet (2001), o multilinguismo se caracteriza pelas orientações em favor do plurilinguismo. No entanto, a história nos mostra que o multilinguismo brasileiro sempre foi gerado por relações de forças e de interesses que favoreciam uma política de monolinguismo que teve início com uma política de assimilação da língua portuguesa. Embora a primeira intervenção *in vitro*¹ ter beneficiado o uso de uma língua autóctone, ela foi concebida com o propósito de facilitar o trabalho de catequização e de exploração econômica. Em 1727, quando em algumas regiões do Brasil colônia o uso desta língua havia suplantado aquele da língua portuguesa o rei de Portugal, D. João V, proíbe o uso da língua geral nas escolas e determina que o ensino seja realizado em português. A expulsão dos jesuítas, em 1759, determinada pelo Marques de Pombal, sacramenta a política monolíngüe da Coroa.

No Brasil, os efeitos das intervenções em matéria de política lingüística têm sido abordados por diferentes autores. Trabalhos nas áreas de línguas alóctones (Kreutz², 2000, 2003; Vandresen, 1996, Wiese&Vandresen, 2003) e autóctones (Freire e Rosa, 2003, Freire, 2004, Rodrigues, 1985, 1993, Oliveira, 2000) e de fronteiras dão conta da relação

¹ Autorização real de 1681 autorizando o uso da Língua Geral.

² No século XIX, com o movimento de imigração estrangeira para o Brasil, configura-se um outro contexto de educação bilíngüe no país, aquele promovido pelos próprios imigrantes que aqui se instalavam. Kreutz (2000) apresenta um panorama dos objetivos do governo com a imigração e faz uma abordagem sobre o que ele denomina de escolas étnicas, no período entre 1820 e 1939. O fim das escolas étnicas tem como marco a política nacionalista do governo do Presidente Getúlio Vargas. Uma das bandeiras do nacionalismo é a busca a unificação da língua, da cultura e das tradições e o culto a um sentimento de fidelidade ao Estado (Bobbio et al, 2000). E foi este aspecto do nacionalismo que atingiu as escolas étnicas. Durante o governo Vargas iniciou-se um período de forte repressão ao ensino bilíngüe, com destruição de material didático e a prisão de professores.

de força de interesses econômicos e políticos traduzida nas intervenções das situações de contato lingüístico no Brasil. Uma constante nos estudos citados acima é a evidência de que nas intervenções realizadas ao longo da história do país sempre houve uma ausência de planejamento, um descaso com os principais sujeitos envolvidos, posicionando-as sempre a reboque de interesses político-econômicos.

O fato é que mesmo depois da independência, o multilinguismo continuou sendo caracterizado por uma relação de forças entre a língua portuguesa e as demais línguas que representasse uma possível ameaça a sua hegemonia, como é possível observar, sobretudo durante a primeira metade do século XX, no tratamento dado ao contato e ao ensino de línguas alóctones. O cenário dessa relação de forças sempre foi a escola pública, através da qual o governo sempre fez prevalecer suas escolhas, nem sempre democráticas lingüísticas ocorridas no Brasil.

A situação forçada de perda de prestígio das línguas de imigração acentuou-se através do Decreto –lei nº 389, de 25 de abril de 1938, que regulava a nacionalidade brasileira, estipulava que uma das condições para se obter a nacionalidade brasileira era o conhecimento da língua portuguesa. O governo de Getúlio Vargas também extinguiu por decreto os cargos de professores catedráticos de francês, inglês e alemão do Colégio Pedro II: Decreto nº 20.833, de 21 de dezembro de 1931.³

Talvez seja por isso que, ao contrário do que Hamel (2001) aponta como uma das conseqüências dos diferentes contatos lingüísticos e das experiências escolares bilíngües, no Brasil os contatos lingüísticos de grande

³ A situação forçada de perda de prestígio das línguas de imigração acentuava-se ainda com o Decreto –lei nº 389, de 25 de abril de 1938, que regulava a nacionalidade brasileira, estipulava que uma das condições para se obter a nacionalidade brasileira era o conhecimento da língua portuguesa. O governo de Getúlio Vargas também extinguiu por decreto os cargos de professores catedráticos de francês, inglês e alemão do Colégio Pedro II: Decreto nº 20.833, de 21 de dezembro de 1931 (em anexo).

amplitude (índios, negros, imigrantes) não foram aproveitados de modo a se criar em todo o país uma tradição de oferta escolar plurilíngüe.

Atualmente, as grandes linhas da política lingüística brasileira apoiam-se em dois eixos principais de atuação: a promoção da língua portuguesa e o ensino do espanhol como língua estrangeira no sistema de ensino. Poderíamos afirmar que um terceiro eixo foi estabelecido pelo IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística), criado em 1988, para suprir lacunas da política oficial. Este instituto vem atuando, predominantemente, na área de educação bilíngüe em línguas alóctones e autóctones, como resultado, o instituto tem oficializado intervenções lingüísticas que precedem geralmente de práticas *in vivo*. Uma de suas atuações mais recentes, constituindo um marco na história das línguas no Brasil, concerne a lei de co-oficialização de três línguas indígenas: nheengatu, tukano e baniwa, em 22 de novembro de 2002.

A promoção do espanhol faz parte da política de integração do Mercosul e representa um passo em direção a quebra de uma barreira política e histórica entre os países da América do Sul, isolados até o fim dos anos 80 por suas respectivas ditaduras. A integração regional representava ainda uma opção à crise econômica acentuada em meados dos anos 80. A formação do Mercosul (Tratado de Assunção em 1991), inicialmente formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai foi também uma medida para enfrentar o fenômeno mundial da organização mundial econômica em blocos

A promoção do ensino formal do espanhol no sistema de ensino se estabelece primeiramente sobre argumentações de caráter econômico . Na época da assinatura do acordo que garantia a promoção deste idioma no Brasil, em 2005, o então ministro da Educação, Tarso Genro, lembrou que o projeto que tornava o ensino do espanhol obrigatório no sistema público e privado de ensino, permitia que as negociações de conversão de parte ser

facilitadas. Por sua vez, o secretário de educação do MEC, Francisco de Chagas Fernandes, afirmava que a medida iria contribuir para estreitar os laços culturais do Brasil com os demais países da América Latina, de acordo com as orientações do governo federal, e ressaltava a existência de *uma tendência mundial em busca da integração econômica, onde o domínio da língua oficial dos países com os quais nos relacionamos é muito importante* (www.abrelivros.org.br/abrelivros/texto).

Neste sentido, ao se estabelecer que o espanhol e o português sejam as línguas oficiais do Mercosul, delimita-se ao mesmo tempo uma escolha dos países com os quais as relações comerciais e culturais são priorizadas, talvez por isso a fronteira norte do país tenha sido injustamente preterida em termos de escolha lingüística para o quadro das línguas estrangeiras no sistema de ensino.

A promoção do espanhol não se delimitou a lei que o torna obrigatório nos sistema de ensino (Projeto de Lei nº 3.987/00) e à criação de escolas bilíngües português/espanhol nas fronteiras com os países de língua espanhola; a decisão do Instituto Rio Branco de retirar o caráter eliminatório da prova de inglês para os candidatos à carreira diplomática constitui mais um fato em direção à determinação da promoção do espanhol.

As questões relacionadas à política lingüística estiveram, nos últimos dez anos, na pauta de discussão de vários fóruns lingüísticos no Brasil: Em 1996, a Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) promoveu o I ENPLE - Encontro Nacional sobre Política de Ensino de Línguas estrangeiras. Este encontro deu origem à Carta de Florianópolis, um documento com diversas propostas de ações de política lingüística, dentre as quais a oferta de pelo menos uma língua estrangeira obrigatória e o incentivo ao aprendizado de uma segunda língua estrangeira.

Entre 1997-1999 a ABRALIN (Associação Brasileira de Lingüística), estabeleceu como uma de suas principais metas a questão da política lingüística no Brasil, e em 1998 ela organizou o encontro *Definições da Política Lingüística no Brasil*. O II ENPLE, ocorrido em Pelotas (RS), em 2000, deu origem à carta de Pelotas, documento que amplia suas propostas de ações em direção ao status da língua portuguesa em um mundo globalizado e propõe que "as autoridades brasileiras que atuam junto ao Mercosul exijam reciprocidade para o ensino do Português como Língua Estrangeira no mesmo nível das iniciativas do ensino do Espanhol no Brasil".

O tema *política lingüística no Brasil* esteve presente em edições posteriores da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), e em outros fóruns lingüísticos, tais como o 14 Inpla-(Intercâmbio de Pesquisa sobre Lingüística Aplicada), e o III FILE (Fórum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras). Este último, em sua IV edição, em 2006, privilegia sobretudo o aspecto cultural ao adotar por tema "Cultura e diversidade".

Em 2006, o Gelne (Grupo de estudos lingüísticos do nordeste) realizou o primeiro CIPLA (Congresso Internacional de política lingüística da América do Sul), e na semana seguinte, foi realizado na PUC-Rio o III Seminário Interamericano sobre Gestão de Línguas: *as políticas lingüísticas das Américas em um mundo multipolar*, organizado pela União Latina.

Ainda que consideremos a relevância de tais fóruns para marcar a importância do tema política lingüística, a passagem à ação não se mostra tão efusiva. Ainda é preciso desenvolver uma política de ensino de línguas que abranja as necessidades regionais *do Brasil* e toda sua diversidade adotando como ponto para a elaboração de uma planificação lingüística os critérios mínimos propostos por Cooper (1997): quem adota o quê, quando, onde, por que, como, para que efeitos?

Só buscando respostas para estas questões é que talvez possamos atingir os propósitos do ensino de línguas vislumbrado por Rajagopalan (2003), ou seja, formar indivíduos capazes de interagir com pessoas de outras culturas e modo de *pensar* e agir, para que se tornem cidadãos do mundo.